



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11562 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 06 - Educação Popular

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: AS TENSÕES EM UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO NA FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Carla Verônica Corrêa Cardoso - UERJ/FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: AS TENSÕES EM UM ESPAÇO DEMOCRÁTICO NA FOMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente artigo constitui um recorte do trabalho de pesquisa de mestrado realizada no período da pandemia da Covid-19, e defendida em 2022, sendo atravessada pelos impactos de uma pandemia mundial, e que afetou profundamente a população brasileira, sobretudo das classes populares do campo e da cidade. A pesquisa foi motivada por um percurso de militância e participação por mais de uma década, como conselheira, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), em São Gonçalo/RJ. O município localiza-se na região metropolitana e atualmente, é a segunda cidade do estado do Rio de Janeiro em termos populacionais. A pesquisa teve como objetivo principal investigar os interesses em disputa na formulação de políticas públicas para as infâncias, focalizando o CMDCA de São Gonçalo.

Como referencial teórico-metodológico, empregamos neste estudo análises qualitativas e quantitativas, com enfoque em uma reflexão crítica-participativa (MINAYO & SANCHES, 1993; WANDERLEY, 1984). No que concerne aos indicadores quantitativos, utilizamos dados secundários publicados por órgãos governamentais.

A análise de cunho qualitativo, na perspectiva do materialismo histórico dialético, articulou-se ao esforço de leituras do contexto social no qual estão inseridos os representantes da sociedade civil e governamentais, agentes fundamentais do processo de construção das políticas públicas para crianças e adolescentes no CMDCA. Corroboraram para esta análise a realização de cinco entrevistas semiestruturadas, com diferentes atores de instituições locais.

Nesta perspectiva, foi fundamental para a investigação em questão, a *escuta sensível* (BARBIER, 1992), garantindo que uma relação dialógica pudesse ser o fundamento do encontro com o outro (Tavares, 2015).

Neste viés, retomamos uma questão: *qual é o espaço ocupado pelos representantes do sistema de garantia de direitos, no controle social?*

Segundo Gohn (2006), a participação se efetiva na medida em que Conselheiros/ras, sobretudo da sociedade civil, sejam dotados de informações e conhecimentos sobre o funcionamento das estruturas que compõem o Estado. Os/as conselheiros/as precisam conhecer as “teias burocráticas” para que possam intervir, sendo-lhes garantida a igualdade de condições para participar (GOHN, 2006).

Diante da pesquisa realizada, o *espaço* (SANTOS, 2004) em tela revela uma correlação de forças, na qual condições de lutas são caracterizadas por estruturas desiguais. Desta forma, nos debruçamos acerca do papel da sociedade civil frente à construção das políticas sociais, sendo o CMDCA, instituído pela Constituição Federal de 1988, enquanto mecanismo de exercício da participação democrática.

Podemos entender que historicamente, a participação popular foi impulsionada em diversos momentos, sendo atravessada por discursos oficiais populistas, atingindo setores restritos da classe média e, posteriormente, os setores populares. Assim, conforme estudos de Wanderley (1984), somente com o sistema de Paulo Freire e o Movimento de Educação de Base (MEB) foi possível criar condições para uma efetiva educação popular que conduzisse a uma participação plena das bases, como sujeitos críticos e responsáveis. No entanto, esse processo foi interdito no período de 1964 a 1980, com a ditadura político-civil-empresarial e militar no Brasil.

O surgimento de novas demandas sociais nos anos de 1970, geradas por profundas mudanças econômicas, políticas e culturais, resultou na manifestação de novos movimentos sociais. Albuquerque (2004) destaca a constituição desses novos sujeitos, por meio de “matrizes discursivas”, os quais extraem os modos de percepção da realidade, tendo a possibilidade de reavaliar seu lugar social como espaço de ação. Entendemos que: “Não podemos nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos, transformadores, a não ser assumindo-nos como sujeitos éticos” (FREIRE, 1996, p.8). Assim, a Educação Popular (EP), fundamentada nos trabalhos de Paulo Freire, vai abrindo espaço para a elaboração coletiva e a crítica da vida individual e social das classes populares, constituindo espaços nos quais problematizar hierarquias e exercer controle social sobre os governos e instituições contribuem de forma decisiva para a construção do conhecimento de forma coletiva (ALBUQUERQUE, 2004).

E nesta escrita, somos provocados por Tavares (2015), a refletir sobre as possibilidades de diálogo da EP com os movimentos sociais contemporâneos, bem como “seu legado histórico e sobre as suas possibilidades de (re)criação e mobilização de inéditos

viáveis (FREIRE, 1987) na Educação Brasileira” (TAVARES, 2015, p 50). Desta forma, retomamos a comemoração do centenário de Paulo Freire e nos (re)vitalizamos de um “esperançar”, no qual compreendemos que as “situações limites” (FREIRE, 1987), podem possibilitar mudanças sociais, rompendo com a intensa e histórica desigualdade social e educacional imposta a população excluída, pobre e oprimida no Brasil.

Diante dessas considerações, o contexto da pesquisa refletiu e refrata um conjunto de tensões, e nos desafiou a superar a fragmentação de análises particularistas, consequência, sobretudo, das lutas e disputas que objetivam dificultar os “*interesses de todos*” (COUTINHO, 1995). Assim, como um dos resultados da pesquisa em tela, foi possível identificar, projetar e viabilizar a construção de projetos identificados com a melhoria das condições de vida de crianças e jovens pobres no território pesquisado, possibilitando que setores historicamente excluídos da agenda pública pudessem ocupá-la, democratizando processos de constituição de uma esfera pública ampliada (COUTINHO, 2006).

Nestes últimos anos, especialmente na pandemia da Covid-19, o CMDCA foi um espaço limitado em suas ações diante da eminente ausência de direitos das crianças e adolescentes. No entanto, ainda que a atual política social no Brasil esteja pautada no desmonte das políticas sociais, mantendo práticas clientelistas e paternalistas que influenciam a política local, reconhecemos que o CMDCA é um espaço de (re)existência de políticas sociais de caráter universalistas. Neste espaço, as experiências de participação oriundas dos movimentos sociais, colaboram para o arcabouço de ações que impulsionam as gestões municipais a implementarem as políticas sociais, com bases mais igualitárias.

Palavras-chaves: Movimentos Sociais. Educação Popular. Conselhos de Direitos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M.C. Participação cidadã nas políticas públicas. In: *Participação cidadã: novos conceitos e metodologias*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2004.

BARBIER, R. A escuta sensível em educação. *Revista Anped*, Caxambu, 1992.

GOHN, M. da G. Conselhos gestores e gestão pública. *Ciências Sociais Unisinos*, v. 42, n. 1, jan./abr., p. 5-11, 2006.

COUTINHO, C.N. Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia. In: TEIXEIRA, S.F. (org.). *Reforma Sanitária: em busca de uma teoria*. São Paulo: Cortez, 1995. p. 47-60.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. *Pedagogia do oprimido*. 17ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 1993, p. 239-262.

SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova: da Crítica a Geografia a uma Geografia Crítica*.

São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

WANDERLEY, L.E. Pesquisa participante: aspectos educativos e sócio-políticos. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA PARTICIPATIVA*, Brasília, 1984. INEP, p.46-57.

TAVARES, M.T.G. Educação Popular e Movimentos Sociais Contemporâneos: algumas notas para reflexão. *In: Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 24, n. 43, p. 49-61, jan./jun. 2015.